

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.383.356 - RJ
(2018/0272962-7)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : CAROLINA ARAUJO DE OLIVEIRA
EMBARGANTE : NEIDE FERREIRA DA CUNHA
ADVOGADOS : MARCOS VERÍSSIMO BANDEIRA BASTOS - RJ020706
FERNANDO CARLOS VIEIRA - RJ052492
EMBARGADO : DEMETRIO HUGO GIBELLI
ADVOGADOS : EDSON GAUDIO RANGEL - RJ050200
MARCIO ALESSANDRO NOYA CHRYSOSTOMO - RJ125220

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração, opostos por CAROLINA ARAUJO DE OLIVEIRA e NEIDE FERREIRA DA CUNHA, contra decisão de fls. 333/334, e-STJ, de relatoria deste signatário, que não conheceu do reclamo pela incidência da Súmula 182/STJ, porquanto as recorrentes deixaram de impugnar os fundamentos da decisão agravada, mais especificamente a aplicação da Súmula 7/STJ.

Aponta a insurgente, que as embargantes não se limitaram a renegar genericamente o juízo de admissibilidade, bem como destacam que o pedido foi realizado de forma adequada.

É o relatório.

Os embargos de declaração não merecem acolhimento, visto que a embargante não demonstrou a existência de nenhum vício a macular o julgado, possuindo o recurso nítido caráter infringente.

1. Com efeito, nos estreitos lindes do artigo 1.022 do CPC/2015, o recurso de embargos de declaração objetiva somente suprir omissão, dissipar obscuridade, afastar contradição ou sanar erro material encontráveis em decisão, ou acórdão, não podendo ser utilizado como instrumento para a rediscussão do julgado. Nesse sentido, confira-se os seguintes precedentes:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM FACE DO ACÓRDÃO DE RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 1.022 E INCISOS DO CPC DE 2015. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Este Colegiado, como expresso no acórdão embargado, perfilhou o entendimento de que, no tocante ao recurso interposto por Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. e Natura Cosméticos S.A., não há matéria afetada ao rito dos recursos repetitivos, devendo ser julgado pelo Juízo natural (Quarta Turma).

2. Como dito na decisão colegiada ora embargada, o Tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes ao litígio, não cabendo confundir omissão, obscuridade e contradição com entendimento diverso do perfilhado pela parte.

3. O Tribunal de origem apurou que: a) houve prática de concorrência desleal, em vista da disposição das cores e imagens dos produtos das

litigantes; b) a estrutura geral das embalagens é muito parecida, os escritos delas constantes encontram-se basicamente na mesma posição e têm o mesmo estilo de letra, as cores utilizadas são as mesmas, os desenhos de folhas são comuns aos produtos de ambas partes, o tamanho das embalagens e produtos é quase idêntico; c) a semelhança foi deliberada; d) o conjunto de similaridades leva à conclusão de que houve desenvolvimento de estratégia comercial que contraria qualquer normativa que visa assegurar o bom atendimento dos fins sociais da ordem econômica; e) não se sustentam os argumentos das ora embargantes acerca da impossibilidade de confusão dos destinatários finais, bem como sobre a ausência de violação do trade dress.

3. O acórdão, ora embargado, efetuou a transcrição dos acórdãos proferidos na origem, apontando ter sido apurada a prática de concorrência desleal, mediante exploração deliberada de prestígio alheio, e perfilhou o entendimento de que a matéria acerca do reconhecimento da violação ao trade dress (uso de elementos "para-marcários") foi devidamente apreciada pelo enfoque da concorrência desleal, exaustivamente abordado pelas instâncias ordinárias, a patentear que, quanto ao ponto, andou bem a Corte local.

4. Depreende-se do artigo 1.022, e seus incisos, do novo Código de Processo Civil que os embargos de declaração são cabíveis quando constar, na decisão recorrida, obscuridade, contradição, omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado o julgador. Não se prestam os aclaratórios ao simples reexame de questões já analisadas, com o intuito de conferir meramente efeito modificativo ao recurso.

5. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no REsp 1527232/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/04/2018, DJe 18/04/2018; grifou-se)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DOS VÍCIOS TIPIFICADOS EM LEI. NÃO OCORRÊNCIA.

1. EMBARGOS OPOSTOS POR ARCELORMITTAL BRASIL S.A.

1.1. Consoante estabelecido pelo art. 1.022, e seus incisos, do novo Código de Processo Civil, os embargos de declaração são cabíveis nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão ou até mesmo na ocorrência de carência de fundamentação válida.

1.2. Não se prestam os aclaratórios ao simples reexame de questões já analisadas, com o intuito de dar efeito infringente ao recurso.

1.3. No caso dos autos, inexistente qualquer dos vícios tipificados no art. 1.022, incisos I e II, do Código de Processo Civil, a inquinar a decisão embargada.

2. EMBARGOS OPOSTO POR EDSON LUIZ GONÇALVES.

2.1. No que se refere aos honorários advocatícios, o Enunciado Administrativo n.º 7 do STJ, deliberou que somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC.

2.2. Ademais, a jurisprudência do STJ tem se firmado no sentido de ser incabível a majoração dos honorários advocatícios, com base no art. 85, § 11, do CPC/2015, em razão da interposição de agravo interno.

2.3. No caso concreto, não é possível inferir que o agravo interno padece de manifesta inadmissibilidade nem que o desproimento se reveste de notória evidência, a justificar a cristalização de conduta abusiva ou

protelatória, em virtude da mera interposição do recurso. Afasta-se, portanto, a incidência do art. 1.021, § 4º, do CPC.

3. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS.

(EDcl no AgInt no REsp 1662832/ES, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 05/03/2018; grifou-se)

Na hipótese em foco, o *decisum* embargado não possui vício a ser sanado por meio de embargos de declaração, visto que este signatário decidiu a controvérsia com base no entendimento adotado no âmbito desta Corte, sendo clara na sustentação das razões do não provimento do agravo.

Consoante consta da decisão embargada, a Corte estadual deixou de admitir o recurso especial pela incidência da Súmula 7/STJ.

No entanto, no agravo em recurso especial, as insurgentes não infirmam tal fundamento.

Deste modo, não se vislumbra quaisquer das máculas do artigo 1.022 do CPC/2015 na decisão hostilizada, cuidando-se o presente reclamo de mera irresignação da parte quanto à solução adotada, o que resta vedado na estreita via recursal sob foco.

2. Do exposto, rejeita-se os embargos de declaração de fls. 337/341, e-STJ.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator